

Diário Eletrônico do Ministério Público RS

Procuradoria-Geral de Justiça

End.: Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, 80.

Porto Alegre / RS - 90050-190

Fone: (51) 3295 -1100

Porto Alegre, 29 de março de 2011.

Edição nº 654

Nesta edição:

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

Boletins	2
Aviso	2

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

Atos Normativos	3
Boletins de Pessoal	3
Súmulas de contrato e convênios	3
Avisos de licitações	4
Edital	4

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

Boletins	5
----------------	---

ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

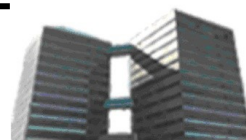
Resolução	10
-----------------	----



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 654

PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA

BOLETIM Nº 151/2011

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR

- o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Dr. LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI para, na condição de representante desta Instituição, firmar Termo de Cooperação que celebrem entre si o Poder Judiciário do Rio Grande do Sul, o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul e a Polícia Civil do Rio Grande do Sul, objetivando reduzir o número de Inquéritos policiais inviáveis à persecução penal em tramitação nas Delegacias de Polícia de São Leopoldo/RS (PR.00892.00056/2010-0 - Port. 0514/2011).

- o Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais, Dr. LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI para, na condição de representante desta Instituição, firmar Aditivo ao Protocolo de Atuação Conjunta celebrado entre o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, a Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul – FAMURS e o Instituto de Combate à Fraude e Defesa da Concorrência - ICDE, objetivando a implantação de programa coordenado de ações educacionais que abordem, nas escolas, a questão dos ilícitos socialmente aceitos (PR.00686.00041/2009-4 - Port. 0515/2011).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2011.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

BOLETIM Nº 152/2011

A SENHORA PROCURADORA-GERAL DE JUSTIÇA, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, RESOLVE:

DESIGNAR, nos termos do Provimento nº 61/2005 e de acordo com as Leis Estaduais nº 11.732/02 e 12.279/05:

- pelo período de 24 meses, a contar do dia 28/03/2011, GLAUBER MARCELO SIMON, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, conforme Termo de Adesão nº 383, na modalidade “serviço voluntário cidadão” (Port. 0495/11).

REVOGAR

- a contar do dia 12/01/2011, a Portaria 2998/2010, que designou MICHELI FONTANA NASCIMENTO, para desempenhar as atividades do serviço voluntário, na modalidade “serviço voluntário cidadão”, tendo em vista Termo de Distrato datado de 12/01/2011 (Port. 0512/11).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2011.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.

AVISO Nº 13/2011-PGJ

Cientifico que, a Procuradora-Geral de Justiça, no uso de suas atribuições legais, determinou a publicação do demonstrativo que segue:

DOAÇÕES DE BENS MÓVEIS EFETUADAS PELA PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA				
Processo	Termo de Baixa de Patrimônio	Entidade Donatária	Objeto	Fundamento Legal
106-0900/11-1	1366	Prefeitura Municipal de Glorinha – Conselho Tutelar	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
144-0900/11-3	1381	SUSEPE – Penitenciária Estadual do Jacui	Equipamentos em Geral	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
5266-0900/10-9	1346	Brigada Militar – 7º RPMON de Santo Ângelo	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009
4952-0900/10-6	1320	Centro de Atendimento de Semiliberdade – CAS – Santo Ângelo	Equipamentos de Informática	Lei Federal nº 8.666/93 e Prov. nº 02/2009

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

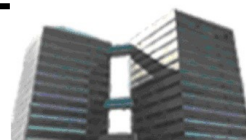
Diretora-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 654

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS

PORTARIA Nº 0357/2011

O SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE** publicar este extrato, para, nos seguintes termos:

1. **Determinar**, com fulcro no artigo 200 e seguintes da Lei Complementar Estadual nº 10.098/94, a instauração de Procedimento Administrativo de Sindicância para apurar fatos contidos no expediente, **SPI 11729-0900/09-4**.

2. **Designar** os servidores **João Luiz Pinto Costa**, ID 3433226, Assessor Bacharel em Ciências Jurídicas e Sociais R, como Sindicante; **Arlí de Oliveira Rubim**, ID 3443752, Agente Administrativo, como Secretário.

DÊ-SE CIÊNCIA.

CUMpra-se.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de março de 2011.

DELMAR PACHECO DA LUZ,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

Registre-se e publique-se.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

BOLETIM Nº 153/2011

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, **RESOLVE**:

TORNAR SEM EFEITO

- a Portaria nº 0384/2011, que nomeou IVAN CORDEIRO LIMA, para exercer o cargo de Técnico Superior de Informática, deste órgão (Port. 0528/11).

NOMEAR

- em caráter efetivo, devendo cumprir o estágio probatório, **CARLOS EDUARDO DUTRA BRUM**, para exercer o cargo de Técnico Superior de Informática, Classe "R", em virtude de aprovação em concurso público, no qual obteve o vigésimo terceiro (23º) lugar na classificação geral (Port. 0529/11).

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 29 de março de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

SÚMULA DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO E RATIFICAÇÃO

CO.23634

CONTRATADA: EDITORA PLENUM LTDA.; **OBJETO**: renovação, pelo período de 02 (dois) anos, de 01 (uma) assinatura Juris Plenum Ouro, composta de revista, DVD, website e boletim diário por e-mail, para este Ministério Público Estadual Gaúcho; **VALOR TOTAL**: R\$ 1.360,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**: Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto 6420, Natureza da Despesa/Rubrica 3.3.90.39/3903; **FUNDAMENTO LEGAL**: art. 25, inciso I, da Lei Federal nº 8.666/93; **RATIFICAÇÃO** em 25/03/2011, pelo Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos, Dr. Delmar Pacheco da Luz.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 25 de março de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

Diretora-Geral.

SÚMULA DE TERMO ADITIVO

PROCESSO Nº 4581-09.00/10-6

TOMADA DE PREÇOS Nº 12/10

CONTRATADA: PORTOTEC CONSTRUTORA LTDA.; **OBJETO**: acréscimo de materiais e serviços na obra de reforma da sede do MPRS, localizada na Av. Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80, no valor de R\$ 54.265,90; **FUNDAMENTO LEGAL**: art. 65, § 1º, da Lei Federal nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,

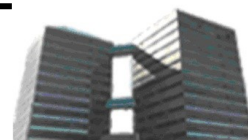
Diretora-Geral.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 654

SÚMULA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA
PROCESSO Nº 698-09.00/11-4
COTAÇÃO ELETRÔNICA DE PREÇOS Nº 31/11

CONTRATADA: ELETROMAX SOLUÇÕES ELÉTRICAS COMERCIAL LTDA.; **OBJETO:** prestação de serviços visando a manutenção preventiva das duas subestações transformadoras instaladas na sede institucional do Ministério Público, localizado na Avenida Aureliano de Figueiredo Pinto, nº 80, com o fornecimento de materiais de consumo; **VALOR TOTAL:** R\$ 9.250,00; **DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Unidade Orçamentária 09.01, Recurso 0011, Projeto/Atividade 6420, Natureza da Despesa 3.3.90.39, Rubrica 3931; **VIGÊNCIA:** 07 meses; **FUNDAMENTO LEGAL:** Lei Estadual nº 13.179/09 e 11.389/99, subsidiariamente, Lei Federal 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2011.

JANETE MENEZES FAGUNDES,
Diretora-Geral.

Aviso de Abertura de Pregão Presencial

Pregão Presencial nº 02/11 (Processo nº 000899-09.00/11-3) **Tipo:** Menor Preço Global. **Objeto:** contratação de prestação de serviços de MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS AUTOMOTORES da marca GM Chevrolet, com fornecimento de peças, por empresa autorizada do fabricante, que tenha sede ou filial(is) em um raio de, no máximo, 20 (vinte) quilômetros, tendo como centro a Rua Engº. Vespúcio de Abreu, 39, Bairro Santana, Porto Alegre (RS), conforme Edital e seus Anexos. **Data e horário de abertura:** 12/04/2011, às 14 (quatorze) horas.

Local: Rua General Andrade Neves, 106, 17º andar, Centro, Porto Alegre (RS). Edital disponível na página: <http://www.mp.rs.gov.br/licitacao/pregao>. **Informações gerais:** e-mail, cplic@mp.rs.gov.br. **Base legal:** Lei nº 10.520/02, Provimentos PGJ/RS nº 54/02 e nº 33/08, LC nº 123/06 (arts. 42 a 45) e Lei nº 8.666/93.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 28 de março de 2011.

LUÍS ANTÔNIO BENITES MICHEL,
Pregoeiro.

EDITAL Nº 074/2011

REMOÇÃO DE ASSESSOR, BACHAREL EM CIÊNCIAS JURÍDICAS E SOCIAIS

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida 01 (uma) vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de março de 2011.

DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.

EDITAL Nº 073/2011

REMOÇÃO DE ASSISTENTE DE PROMOTORIA DE JUSTIÇA

O SENHOR SUBPROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS faz público que se encontra disponível, na página da Unidade de Registros Funcionais da Divisão de Recursos Humanos (<http://intra.mp.rs.gov.br/urf/remocoes>) a divulgação do local em que será oferecida 01 (uma) vaga para provimento mediante remoção, sem ônus para esta Procuradoria-Geral de Justiça.

Os prazos e critérios deste processo de remoção estão regulamentados pelo Provimento 63/2007, publicado no DOE de 11/12/2007.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, Porto Alegre, 29 de março de 2011.

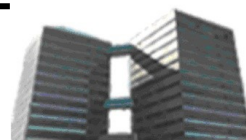
DELMAR PACHECO DA LUZ,
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Administrativos.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 654

SUBPROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA PARA ASSUNTOS INSTITUCIONAIS

BOLETIM 019/2011

O COORDENADOR DO CENTRO OPERACIONAL CÍVEL E DO PATRIMÔNIO PÚBLICO científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que no Ministério Público do Rio Grande do Sul, foram instaurados os seguintes Inquéritos Cíveis:

1) Inquérito Civil, nº 01220.00008/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça André Fernando Janson Carvalho Leite, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em relação contratual, em especial no que se refere ao procedimento licitatório de pregão presencial, em município.

2) Inquérito Civil, nº 01220.00009/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça André Fernando Janson Carvalho Leite, da Promotoria de Justiça de Cachoeirinha, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades em relação contratual, em especial no que se refere ao procedimento licitatório de pregão presencial, em município.

3) Inquérito Civil, nº 00766.00030/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Eduardo de Almeida Vieira, da Promotoria de Justiça de Estância Velha, com a finalidade de apurar possível ocorrência de improbidade administrativa, por parte da administração do município.

4) Inquérito Civil, nº 00719.00016/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça André Barbosa de Borba, da Promotoria de Justiça de Bagé, com a finalidade de apurar possível irregularidade consistente em omissão na ação ordinária movida em desfavor ao ente público, em município.

5) Inquérito Civil, nº 00868.00020/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Janor Lerch Duarte, da Promotoria de Justiça Especializada de Santa Rosa, com a finalidade de apurar ato de improbidade administrativa com a contratação de empresa privada, sem a realização de prévio procedimento licitatório.

6) Inquérito Civil, nº 067/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Augusto Gonçalves Costa, da Promotoria de Justiça Especializada de Vacaria, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa ocorridas entre setembro de 2007 a dezembro de 2008, em virtude da ocorrência de desvio de função de funcionários municipais.

7) Inquérito Civil, nº 00824.00005/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Jaime Nudilemon Chatkin, da Promotoria de Justiça Especializada de Pelotas, com a finalidade de apurar sobre o item 15.1 do relatório de auditoria de contas de poder público do ano de 2009, em município.

8) Inquérito Civil, nº 00890.00025/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de apurar reforma em hospital público, em município.

9) Inquérito Civil, nº 00908.00001/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Leandro Tatsch Bonatto, da Promotoria de Justiça de Tapejara, com a finalidade de apurar eventuais irregularidades nas contas de Município, referente ao exercício de 2008.

10) Inquérito Civil, nº 00737.00001/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de Canela, com a finalidade de apurar a manutenção de cargos em comissão inconstitucionais, mesmo após procedência da ADI nº 70032608879, julgada pelo Pleno do Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul.

11) Inquérito Civil, nº 00737.00002/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de Canela, com a finalidade de apurar sobre servidores titulares de cargo em comissão, com indevida dispensa de concurso público em cargo que necessita do mesmo, em município.

12) Inquérito Civil, nº 00807.00001/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Vitassir Edgar Ferrareze, da Promotoria de Justiça de Marcelino Ramos, com a finalidade de apurar possível ato de improbidade administrativa quanto aos bens públicos, em município.

13) Inquérito Civil, nº 00754.00004/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça André de Azevedo Coelho, da Promotoria de Justiça Especializada de Cruz Alta, com a finalidade de apurar possível prática de ato de improbidade administrativa por parte de servidor público de cargo eletivo, em decorrência de manter relação comercial com a empresa, a qual contrata com o Poder Público, em município.

14) Inquérito Civil, nº 02/11, instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Portão, com a finalidade de apurar possível contratação irregular de pessoal no cargo de atendente a partir do ano de 2010, em município.

15) Inquérito Civil, nº 00930.00114/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Anelise Grehs Stifelman, da Promotoria de Justiça Especializada de Viamão, com a finalidade de apurar supostas irregularidades ocorridas na realização da Conferência Extraordinária no ano de 2010, em município.

16) Inquérito Civil, nº 001/2010-1ª PJT, instaurado pela Promotora de Justiça Paula Ataíde Athanasio, da Promotoria de Justiça de Torres, com a finalidade de apurar ausência de reposição de "pontilhão" por parte do poder público, inviabilizando o acesso entre os balneários, em município.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 654

17) Inquérito Civil, nº 00745.00001/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Carlos Barbosa, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades no pagamento e encaminhamento de exames por Secretaria Municipal, ao longo do ano de 2008, em município.

18) Inquérito Civil, nº 00790.00003/2011, instaurado pela Promotora de Justiça Cláudia Ferraz Rodrigues Pegoraro, da Promotoria de Justiça de Herval, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades nos cargos em comissão de Poder Público e a ilegalidade no provimento do cargo de auxiliar administrativo do mesmo poder, em município.

19) Inquérito Civil, nº 04/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Fabiano Redivo Silva, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, com a finalidade de apurar contratação irregular de servidor público municipal, no cargo de serviços gerais, em município.

20) Inquérito Civil, nº 19/10, instaurado pela Promotora de Justiça Rosângela Mazzuco, da Promotoria de Justiça de Triunfo, com a finalidade de apurar eventual ocorrência de improbidade administrativa e dano aos cofres públicos, em razão de fraude em procedimento licitatório e alteração em pontuação final de candidatos, diversa da obtida no certame, referente ao concurso público, em município.

21) Inquérito Civil, nº 03/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Fabiano Redivo Silva, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, com a finalidade de apurar contratação irregular de servidor público municipal, para cargo público, em município.

22) Inquérito Civil, nº 00760.00028/2010, instaurado pelo Promotor de Justiça Leonardo Giardin de Souza, da Promotoria de Justiça de Encantado, com a finalidade de apurar possíveis atos de improbidade administrativa, com prejuízo ao erário, enriquecimento ilícito, e realização de sucessivos desmembramentos ilegais na zona urbana de Município, levados a efeito a partir do imóvel matriculado no Registro de Imóveis, em município.

23) Inquérito Civil, nº 032/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Cláudia Maria Cezar Massing, da Promotoria de Justiça de Ronda Alta, com a finalidade de apurar possíveis irregularidades na tomada de preços, realizada por Município.

24) Inquérito Civil, nº 00890.00063/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Luciana Moraes Dias, da Promotoria de Justiça Especializada de São Leopoldo, com a finalidade de apurar sobre a utilização do espaço de escola de ensino fundamental, em Município.

25) Inquérito Civil, nº 06/2011, instaurado pelo Promotor de Justiça em substituição Fabiano Redivo Silva, da Promotoria de Justiça de Tenente Portela, com a finalidade de apurar contratação irregular de servidor público municipal, em Município.

26) Inquérito Civil, nº 00910.00049/2010, instaurado pela Promotora de Justiça Carla Pereira Rêgo Flôres Soares, da Promotoria de Justiça de Tapes, com a finalidade de apurar contratação pela Administração pública de entidade organizacional, sem qualificação para as atividades realizadas e sem especialização necessária para o atendimento ao público, em Município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2011.

JOSÉ GUILHERME GIACOMUZZI,

Coordenador do Centro Operacional Cível e de Defesa do Patrimônio Público.

De acordo

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.

BOLETIM Nº 02/2011 – CAO-DH

O COORDENADOR DO CENTRO DE APOIO OPERACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS científica, na forma do § 2º do artigo 7º da Resolução nº 23 do Conselho Nacional do Ministério Público, que o Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul, instaurou os seguintes Inquéritos Cíveis e Peças de Informação:

1) Peça de Informação nº 00712.00002/2011 – instaurada pela Promotora de Justiça Marcela Romera, da Promotoria de Justiça de Alegrete, em 25 de fevereiro de 2011, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades na prestação do serviço de urgência e/ou emergência pela rede pública de saúde no Município.

2) Inquérito Civil Público nº 00721.00037/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Daniel Soares Indrusiak, da Promotoria de Justiça de Barra do Ribeiro, em 17 de dezembro de 2010, tendo por finalidade investigar a acessibilidade em prédios públicos e acessíveis ao público no Município de Mariana Pimentel.

3) Inquérito Civil Público nº 00727.00006/2010 – instaurado pelo Promotor de Justiça Bruno Pereira Pereira, da Promotoria de Justiça de Cacequi, em 01 de junho de 2010, tendo por finalidade investigar o fortalecimento do Controle Social através da Regularização do Conselho Municipal de Saúde e da Capacitação dos Conselheiros de Saúde de Cacequi.

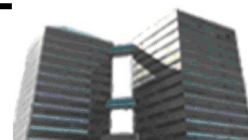
4) Inquérito Civil Público nº 00727.00002/2011 – instaurado pelo Promotor de Justiça Luiz Antônio Barbará Dias, da Promotoria de Justiça de Cacequi, em 25 de janeiro de 2011, tendo por finalidade investigar a ausência de Albergue ou outro local adequado no Município para o abrigamento de pessoas em situação de risco.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 654

5) **Inquérito Civil Público nº 00738.000/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Edson Joaquim Vitt Fernandes, da Promotoria de Justiça de Canguçu, em 09 de fevereiro de 2011, tendo por finalidade apurar o atendimento, no âmbito territorial do Município, pelas agências bancárias, das disposições da Lei nº 10.048/2000 e sua regulamentação.

6) **Inquérito Civil Público nº 00748.00303/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 02 de dezembro de 2010, tendo por finalidade investigar a demora no agendamento de consulta com médico neurologista da Secretaria Municipal de Saúde.

7) **Inquérito Civil Público nº 00748.00305/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 02 de dezembro de 2010, tendo por finalidade investigar Direito Coletivo Precariedade Habitacional em pensão, situada na Rua Andrade Neves, 44, no Município de Caxias do Sul.

8) **Inquérito Civil Público nº 00748.00328/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 29 de dezembro de 2010, tendo por finalidade investigar Tortura – Lei nº 9.455/97, investigado Alex Sandro Teixeira Perez e outros.

9) **Inquérito Civil Público nº 00748.00005/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 11 de janeiro de 2011, tendo por finalidade investigar possível negligência no atendimento de paciente idoso internado no Hospital Geral de Caxias do Sul, pelo Sistema Único de Saúde – SUS.

10) **Inquérito Civil Público nº 00748.00007/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 12 de janeiro de 2011, tendo por finalidade investigar possíveis maus tratos a idosos, por funcionária da ILPI Nosso Lar.

11) **Inquérito Civil Público nº 00748.00324/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 22 de dezembro de 2010, tendo por finalidade investigar possível irregularidade na dispensação do medicamento BETAINTERFERONA – 1º 6MUI (30MCG), código 9571, pelo Sistema Único de Saúde, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

12) **Inquérito Civil Público nº 00748.00325/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 22 de dezembro de 2010, tendo por finalidade investigar possível irregularidade na dispensação do medicamento FORMOTEROL 12 MCG + BUDESONIDA 200mcg (por cápsula inalante), código 10621, pelo Sistema Único de Saúde, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul.

13) **Inquérito Civil Público nº 00748.00326/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 22 de dezembro de 2010, tendo por finalidade investigar possível falha no atendimento preferencial do Supermercado Nacional.

14) **Inquérito Civil Público nº 00748.00327/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 22 de dezembro de 2010, tendo por finalidade investigar o encaminhamento de pacientes do SUS a consultórios particulares, pela Secretaria Municipal de Saúde.

15) **Inquérito Civil Público nº 00748.00024/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Adrio Rafael Paula Gelatti, da Promotoria de Justiça de Caxias do Sul, em 31 de janeiro de 2011, tendo por finalidade investigar negativa na dispensação do medicamento ‘Olanzapina’ 10mg, código 91461, pelo Sistema Único de Saúde, sob responsabilidade da Secretaria de Estado da Saúde do Estado do Rio Grande do Sul, pelo Centro Especializado de Saúde de Caxias do Sul – CES.

16) **Inquérito Civil Público nº 00757.00001/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo Tubino Vieira, da Promotoria de Justiça de Dois Irmãos, em 26 de janeiro de 2011, tendo por finalidade averiguar as mortes havidas no Hospital São José, no Município de Dois Irmãos, em janeiro de 2011.

17) **Inquérito Civil Público nº 01232.00009/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Plínio Castanho Dutra, da Promotoria de Justiça de Eldorado do Sul, em 27 de dezembro de 2010, tendo por finalidade apurar possíveis irregularidades detectadas na Policlínica Central e na Unidade de Saúde Básica Nelson Marchezan, em Eldorado do Sul.

18) **Inquérito Civil Público nº 00773.00059/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Rafael Russomano Gonçalves, da Promotoria de Justiça de Feliz, em 28 de dezembro de 2010, tendo por finalidade investigar a disponibilização de atendimento psiquiátrico à população local, pelo Município.

19) **Inquérito Civil Público nº 00776.00042/2007** – instaurado pelo Promotor de Justiça Paulo Adair Manjabosco, da Promotoria de Justiça de Garibaldi, em 16 de setembro de 2010, tendo por finalidade apurar possível descumprimento de Termo de Ajustamento de Conduta atribuído como de responsabilidade do Hospital Beneficente São Pedro.

20) **Inquérito Civil Público nº 00800.00001/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Theodoro Alexandre da Silva Silveira, da Promotoria de Justiça de Júlio de Castilhos, em 06 de janeiro de 2011, tendo por finalidade investigar inexistência de rampas de acesso nas ruas do centro da cidade, existência de calçadas no centro da cidade, deficientemente pavimentadas, dificultando a acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida.

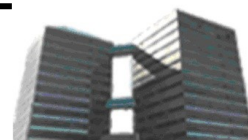
21) **Inquérito Civil Público nº 00815.00038/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Juliana Maria Giongo, da Promotoria de Justiça de Novo Hamburgo, em 27 de setembro de 2010, tendo por finalidade apurar a falta de atendimento médico, atendimento básico, ausência de médicos aos finais de semana e falta de condições de higiene no Hospital Municipal de Novo Hamburgo.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 654

22) **Inquérito Civil Público nº 01211.00001/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, em 06 de janeiro de 2011, tendo por finalidade apurar a adequação às normas relativas à acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, das funerárias e capelas mortuárias localizadas na cidade de Osório.

23) **Inquérito Civil Público nº 01211.00014/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Luís Cesar Gonçalves Balaguez, da Promotoria de Justiça de Osório, em 23 de dezembro de 2010, tendo por finalidade apurar a inexistência de parada de ônibus no Km 71 da RS-30, no perímetro urbano do Município de Osório, pelo Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER).

24) **Inquérito Civil Público nº 00823.00029/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Luana Rocha Ribeiro, da Promotoria de Justiça de Pedro Osório, em 22 de novembro de 2010, tendo por finalidade apurar e atuar no sentido da regularização dos Conselhos Municipais de Saúde de Pedro Osório e Cerrito.

25) **Portaria nº 02/2011** – emitida pelo Promotor de Justiça Adriano Luís de Araujo, da Promotoria de Justiça de Planalto, em 13 de janeiro de 2011, tendo por finalidade apurar eventual lesão e situação atentatória contra os direitos humanos dos moradores do final da Rua Maurício Cardoso, Bairro São Cristóvão, Planalto.

26) **Inquérito Civil Público nº 01128.0022/2011** – instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 24 de fevereiro de 2011, tendo por finalidade investigar a necessidade de realização de campanhas de visualização das comunidades quilombolas, pela Secretaria de Saúde do Estado.

27) **Inquérito Civil Público nº 01128.0021/2011** – instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 24 de fevereiro de 2011, tendo por finalidade investigar a capacitação, sensibilização e educação dos profissionais de saúde com relação à população que vive nas comunidades quilombolas, na capital.

28) **Inquérito Civil Público nº 01128.00048/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 24 de fevereiro de 2011, tendo por finalidade investigar a negativa pelo Hospital Espírita de Porto Alegre, de internação de portadores de transtorno mental que não possuem familiares ou que vivem em situação de rua.

29) **Inquérito Civil Público nº 01128.00135/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 18 de fevereiro de 2011, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades na substituição de conselheiro indicado pelo Conselho Regional de Nutricionistas para composição do Conselho Municipal de Saúde.

30) **Peças de Informação nº 01128.00017/2011** – instauradas pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 15 de fevereiro de 2011, tendo por finalidade investigar as não conformidades apresentadas no Relatório Técnico de Inspeção realizado no dia 20 de dezembro de 2010, no Hospital Espírita Porto Alegre.

31) **Peças de Informação nº 01128.00018/2011** – instauradas pela Promotora de Justiça Angela Salton Rotunno, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 15 de fevereiro de 2011, tendo por finalidade averiguar a superlotação da Unidade de Intermediário Neonatal do Hospital Criança Conceição do Grupo Hospitalar Conceição.

32) **Inquérito Civil Público nº 01128.00198/2009** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 10 de março de 2011, tendo por finalidade averiguar possíveis irregularidades quanto ao descumprimento por parte do Município da Lei Complementar nº 444/2000, em especial, no tocante à sucessão à presidência do Conselho em caso de renúncia da Presidente eleita, pelo Município de Porto Alegre, através de sua Coordenadoria Municipal do Idoso.

33) **Inquérito Civil Público nº 01128.00143/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 15 de dezembro de 2010, tendo por finalidade averiguar supostas irregularidades no funcionamento de instituição de longa permanência para idosos, pela Casa de Repouso Vida Bela.

34) **Inquérito Civil Público nº 01128.00004/2011** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 10 de janeiro de 2010, tendo por finalidade averiguar eventual descumprimento do atendimento preferencial aos idosos na farmácia do Posto de Saúde Santa Marta.

35) **Inquérito Civil Público nº 01128.00005/2011** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 11 de janeiro de 2011, tendo por finalidade investigar supostas irregularidades no atendimento nos caixas preferenciais de idosos, dos estabelecimentos da Cia Zaffari de Supermercados.

36) **Inquérito Civil Público nº 01128.00006/2011** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 14 de janeiro de 2011, tendo por finalidade apurar a deficiência de políticas públicas para atendimento de jovens adultos e a quase inexistência de equipamentos para acolhê-los, por parte do Município.

37) **Inquérito Civil Público nº 01128.00016/2011** – instaurado pela Promotora de Justiça Christianne Pilla Caminha, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 14 de fevereiro de 2011, tendo por finalidade investigar irregularidades no funcionamento da Clínica Residencial Jardim das Flores, especialmente no que se refere ao atendimento prestado aos idosos.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 654

38) **Peças de Informação nº 002/2011** – instauradas pela Promotora de Justiça Marínes Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 06 de janeiro de 2011, tendo por finalidade averiguar supostas irregularidades em Postos de Saúde, pelo Município, por sua Secretaria Municipal de Saúde.

39) **Inquérito Civil Público nº 01128.00117/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Marínes Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 11 de outubro de 2010, tendo por finalidade averiguar irregularidades apontadas nas auditorias 7971 do DENASUS no Conselho Estadual de Saúde.

40) **Inquérito Civil Público nº 01128.00115/2010** – instaurado pela Promotora de Justiça Marínes Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 30 de setembro de 2010, tendo por finalidade averiguar supostas irregularidades apontadas nas auditorias 4100 e 7971 do DENASUS na Política de Assistência Farmacêutica do Estado.

41) **Peças de Informação nº 01128.00015/2011** – instauradas pela Promotora de Justiça Marínes Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 11 de fevereiro de 2011, tendo por finalidade averiguar a situação de Leandro Leonardo de Mello, que necessita de atendimento em saúde mental.

42) **Peças de Informação nº 017/2010** – instauradas pela Promotora de Justiça Marínes Assmann, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 28 de janeiro de 2011, tendo por finalidade investigar supostas irregularidades praticadas pela empresa Rudpharma Drogaria Ltda, requerido pelo Conselho Regional de Farmácia do RS.

43) **Inquérito Civil Público nº 01128.00127/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luis Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 21 de janeiro de 2011, tendo por finalidade averiguar as circunstâncias envolvendo o descumprimento da determinação contida no artigo 8º, § 1º da Lei Federal nº 10.216, de 06 de abril de 2001 – comunicação ao Ministério Público acerca da internação psiquiátrica involuntária e sua respectiva alta hospitalar.

44) **Inquérito Civil Público nº 01128.00012/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luis Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 05 de janeiro de 2011, tendo por finalidade apurar a situação da Igreja Pentecostal Remanescer na Fé e no Amor – Instituição Coletiva de Resgate Social, quanto a supostas irregularidades no trabalho de abordagem de dependentes químicos adultos.

45) **Inquérito Civil Público nº 01128.00001/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luis Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 05 de janeiro de 2011, tendo por finalidade averiguar o descumprimento da emenda Constitucional nº 29 para o exercício de 2011.

46) **Inquérito Civil Público nº 01128.00139/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luis Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 17 de março de 2011, tendo por finalidade averiguar o cumprimento do art. 9º da Lei Estadual nº 10.097/94 pela Secretaria Estadual de Saúde.

47) **Inquérito Civil Público nº 01128.00126/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça Mauro Luis Silva de Souza, da Promotoria de Justiça de Defesa dos Direitos Humanos de Porto Alegre, em 21 de janeiro de 2011, tendo por finalidade averiguar as circunstâncias envolvendo o descumprimento da determinação contida no artigo 8º, § 1º da Lei Federal nº 10.216, de 06 de abril de 2001 – comunicação ao Ministério Público acerca da internação psiquiátrica involuntária e sua respectiva alta hospitalar.

48) **Inquérito Civil Público nº 00864.0216/2010** – instaurado pelo Promotor de Justiça João Marcos Adede Y Castro, da Promotoria de Justiça de Santa Maria, em 10 de dezembro de 2010, tendo por finalidade investigar a implementação do ensino da história e cultura afrobrasileira e africana, no Município.

49) **Inquérito Civil Público nº 00858.00004/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Marcelo de Souza Gonzaga, da Promotoria de Justiça de Sant'Ana do Livramento, em 07 de janeiro de 2011, tendo por finalidade apurar os fatos relativos ao cumprimento das Leis nºs 10.639/2003 e 11.645/2008, determinando a implementação do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena no currículo oficial da rede de ensino no Município.

50) **Inquérito Civil Público nº 00870.00003/2011** – instaurado pela Promotora de Justiça Valdirene Sanches Medeiros Jacobs, da Promotoria de Justiça de Santa Vitória do Palmar, em 21 de janeiro de 2011, tendo por finalidade investigar as farmácias do município acerca dos plantões.

51) **Inquérito Civil Público nº 00873.00001/2011** – instaurado pelo Promotor de Justiça Júlio César Maggio Stürmer, da Promotoria de Justiça de Santo Ângelo, em 17 de janeiro de 2011, tendo por finalidade apurar possível omissão na garantia de privacidade aos pacientes hospitalizados no HSA no Município.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 28 de março de 2011.

FRANCESCO CONTI,

Promotor de Justiça, Coordenador do

Centro de Apoio Operacional dos Direitos Humanos.

De acordo.

LUIZ CARLOS ZIOMKOWSKI,

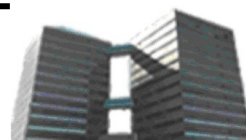
Subprocurador-Geral de Justiça para Assuntos Institucionais.



Diário eletrônico

Ministério Público

Rio Grande do Sul



Porto Alegre, 29 de março de 2011.

www.mp.rs.gov.br

Edição nº 654

ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

RESOLUÇÃO Nº 02/2011 – OECPMP

Altera o artigo 23 do Regimento Interno do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul.

O ÓRGÃO ESPECIAL DO COLÉGIO DE PROCURADORES DO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL, Órgão da Administração Superior do Ministério Público, em sessão ordinária de 07 de dezembro de 2010, no expediente nº PR.01241.00010/2010-3, conforme dispõe o artigo 22 do seu Regimento Interno,

RESOLVE editar a seguinte Resolução:

Art. 1º O art. 23 do Regimento Interno do Órgão Especial do Colégio de Procuradores do Ministério Público do Estado do Rio Grande do Sul passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 23 Os atos do Órgão Especial serão assinados pelo Presidente e pelo relator, dele devendo também constar o voto vencido, sendo lavrados em forma de acórdão.

“§ 1º O extrato, em forma de ementa, dos Pareceres e Resoluções do Órgão Especial, será publicado no Diário Eletrônico, fazendo-se acompanhar do resultado da votação.

“§ 2º As decisões terão somente publicadas sua parte dispositiva no Diário Eletrônico, preservando-se a identidade dos processados.

“§ 3º O relator e o prolator do voto vencido, quando for o caso, entregarão na Secretaria dos Órgãos Colegiados, no prazo de quarenta e oito horas após a sessão, o extrato e o conteúdo integral dos votos por eles emitidos.

“§ 4º Os vogais, no prazo e forma do parágrafo terceiro, poderão fazer juntar ao acórdão declaração de seus votos para o efeito do parágrafo quinto.

“§ 5º Em se tratando de projeto de lei, encaminhado em obediência à Resolução do Órgão Especial, esta será obrigatoriamente encaminhada à Assembleia Legislativa, bem como o extrato publicado consoante o disposto no parágrafo primeiro.

“§ 6º Em se tratando de projeto de lei, quando o Procurador-Geral de Justiça contrariar o Parecer do colegiado, este será obrigatoriamente encaminhado à Assembleia Legislativa, bem como o extrato publicado consoante o disposto no parágrafo primeiro.

“§ 7º Na justificativa de encaminhamento de projetos de lei à Assembleia Legislativa, quando o Procurador-Geral de Justiça contrariar o Parecer do colegiado, deverá explicitar os motivos pelos quais o está fazendo, além de indicar, expressamente, o resultado da votação.”

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

PROCURADORIA-GERAL DE JUSTIÇA, em Porto Alegre, 16 de março de 2011.

SIMONE MARIANO DA ROCHA,

Procuradora-Geral de Justiça,

Presidente do Órgão Especial do Colégio de Procuradores.

Registre-se e publique-se.

BENHUR BIANCON JUNIOR,

Chefe de Gabinete.